PPGAU
UFAL
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Espelho de resposta – Questão dissertativa

Tema: Políticas de adaptação às mudanças climáticas e resiliência urbana no Brasil

1. Resposta esperada (padrão de referência)

Espera-se que o candidato desenvolva uma análise crítica sobre os desafios da adaptação às mudanças climáticas nas cidades brasileiras, reconhecendo que, apesar dos avanços normativos e institucionais, persistem limitações estruturais que dificultam a implementação efetiva dessas políticas no território urbano.

O candidato deverá identificar que o Brasil dispõe de instrumentos legais e políticas públicas voltados à adaptação climática e à redução de riscos de desastres, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima e as diretrizes para elaboração de planos de adaptação. Entretanto, a existência desses instrumentos não assegura sua efetividade, especialmente diante das limitações técnicas, administrativas e financeiras dos municípios brasileiros.

Entre os principais desafios, destacam-se a insuficiência de recursos financeiros, a fragilidade das capacidades institucionais municipais, a descontinuidade administrativa e as dificuldades de articulação entre políticas setoriais. Essas condições comprometem a elaboração de diagnósticos, o planejamento preventivo e a execução de medidas capazes de reduzir a exposição e a vulnerabilidade das populações aos riscos climáticos.

Nesse contexto, o planejamento urbano assume papel estratégico, uma vez que a adaptação climática deve ser incorporada aos instrumentos de ordenamento territorial e às políticas de habitação, saneamento, infraestrutura e gestão ambiental. Medidas como o controle da ocupação em áreas de risco, a ampliação de infraestrutura verde, a melhoria dos sistemas de drenagem e o fortalecimento da prevenção de desastres podem contribuir para aumentar a resiliência das cidades.

A efetividade dessas iniciativas depende também de uma governança integrada entre União, estados e municípios, com mecanismos de cooperação, assistência técnica e financiamento que considerem as distintas capacidades institucionais e realidades territoriais. A articulação regional e intermunicipal apresenta-se como alternativa para enfrentar problemas climáticos que ultrapassam os limites administrativos municipais.

Por fim, é fundamental reconhecer que os impactos das mudanças climáticas são socialmente desiguais. Populações de baixa renda, frequentemente residentes em assentamentos precários e áreas ambientalmente vulneráveis, apresentam maior exposição aos riscos climáticos e menor capacidade de adaptação. Assim, as políticas de resiliência urbana devem incorporar princípios de justiça climática, priorizando populações vulnerabilizadas e promovendo acesso mais equitativo à infraestrutura, à habitação adequada e aos serviços urbanos essenciais.

Conclui-se que a construção de cidades resilientes no Brasil exige mais do que a existência de instrumentos legais: pressupõe capacidade de implementação, planejamento territorial integrado, cooperação institucional e enfrentamento das desigualdades socioespaciais, de modo a transformar as políticas de adaptação em ações efetivas, inclusivas e territorialmente adequadas.